

Durante essa discussão o lobby do governo descansou

Quem assistiu ao verdadeiro festival de ofertas promovido pelo Palácio do Planalto, quando da votação na Constituinte dos artigos que definiam o regime de governo e o tempo de duração do mandato dos futuros presidentes da República, e acompanhou nesses últimos dias o completo desinteresse do presidente José Sarney e seus abnegados ministros da pastoral É dando que se recebe pelo que a Assembléia decidia sobre a ordem econômica, só pode tirar uma conclusão dos episódios: o presidente e seus franciscanos auxiliares só têm um objetivo: o de ficar o mais tempo possível no poder.

Para eles, pouco importou que à Constituinte, com as decisões que tomou na semana passada — definição de empresa nacional, institucionalização da reserva de mercado para a informática, ampliação teoricamente ilimitada dos casos em que a reserva pode ser imposta com facilidade, nacionalização da pesquisa e lavra dos minerais — tenha aberto o caminho para a albanização definitiva do País. É o trem para Bangladânia de que nos falava o ex-ministro Mário Henrique Simonsen que está partindo a todo vapor — e movido a carvão mineral — sem que o governo, a quem cabe zelar pelo interesse de todos os brasileiros, tivesse feito qualquer coisa para impedir que ele deixasse a estação.

Que diferença entre esse comportamento e a agitação nos palácios presidenciais brasilienses naqueles dias de março que antecederam a superpercefeira gorda do sr. Sarney! Naquela ocasião, as reuniões com ministros e parlamentares de confiança se sucediam, estratégias para conquistas dos quatroanistas mais sugestionáveis eram traçadas, não se mediam custos ou esforços nessa empreitada. Decisões importantes na área econômica que estavam pendentes — como a da política salarial para os funcionários públicos — foram adiadas para não provocar reações perigosas.

O presidente e seus ministros não perdiam a oportunidade de advertir a Nação dos riscos para a economia brasileira de uma eleição presidencial este ano. Até ministros militares entraram perigosamente na dança, em declarações públicas e conversas reservadas, alertando para o perigo de um retrocesso se o mandato de quatro anos fosse aprovado; até um possível golpe de estado foi insinuado para assustar os incautos. Na Conversa ao pé do rádio de todas as sextas-feiras o presidente iniciou uma escalada verbal de críticas à Constituinte, tentando enquadrá-la. Tudo isso apenas para garantir o mandato de cinco anos, uma coisa que só interessava ao cidadão José Sarney e ao círculo íntimo dos seus amigos e auxiliares.

No entanto, quando estavam em jogo os verdadeiros interesses do País, o futuro do Brasil como nação livre e desenvolvida, o lobby do governo descansou. A omissão e o silêncio do Planalto — antes e depois do desastre armado pela Constituinte — foram totais. Nada de reuniões em palácios, nada de orientações à bancada governista. Ministros civis ignoraram o que se passava a alguns metros deles no prédio do Congresso Nacional. Os militares também se mantiveram discretos, embora muito discretamente vários homens fardados de menor patente tenham dado uma extraordinária ajuda às forças do reacionarismo que saíram vencedoras nas votações do título da ordem econômica. Quem ouviu o presidente Sarney na última sexta-feira em seu programa radiofônico percebeu que ele passou ao largo desse assunto.

Para não cometer uma injustiça total ao dizer que em nenhum momento o Palácio do Planalto ficou preocupado com os acontecimentos da semana passada na Constituinte, lembramos que o presidente Sarney e seus conselheiros se alarmaram um pouco com as derrotas sofridas pelo Centrão e pelo evidente descontrole, quase esfacelamento, do grupo. O motivo desse temor, no entanto, não tem nada de transcendental: se não for restabelecida a unidade do Centrão, o mandato de cinco anos ainda corre algum risco na votação das Disposições Transitórias da Constituição, provavelmente dentro de uns 20 dias.

Mais de uma vez o presidente queixou-se daquela parcela de constituintes que entendiam que ele não podia manifestar-se sobre os trabalhos da Assembléia, menos ainda tentar influir nas suas decisões. E estava com toda a razão: como cidadão, ele tem todo o direito de opinar; e como presidente da República (repetimos, responsável pela defesa do interesse de todos os brasileiros) ele tem obrigação, com as informações e os dados de que dispõe, de alertar os constituintes sobre alguns erros que eles possam eventualmente estar cometendo.

Sarney, porém, só usou dessa prerrogativa, que tanto reclamou, em duas ocasiões: na já citada história do mandato e, com menos ênfase, na votação do capítulo do sistema tributário. Neste caso, também, a inspiração foi muito mais pessoal do que de um homem público: o presidente protestou apenas contra a nova divisão da receita tributária, que tira recursos — ou seja, poder — do governo federal e transfere para os estados e municípios; exatamente o lado bom desse capítulo. O lado perverso — o aumento brutal da carga tributária que a futura Constituição poderá acarretar — foi prudentemente (ou convenientemente) esquecido. Essas omissões são delitos graves contra o povo brasileiro.

Mas nem só o presidente Sarney e sua equipe tiveram um comportamento lamentável nas cenas de antibrasileirismo explícito exibidas em Brasília. Alguns empresários que na exclusiva defesa de seus interesses particulares, de seus negócios, colaboraram para a aprovação do texto da ordem econômica que está aí, também merecem o repúdio de toda a Nação. O mesmo se deve dizer dos constituintes que se deixaram envolver por certos "argumentos" dos grupos de pressão que ocuparam os prédios do Congresso Nacional.

Há dignidade naqueles parlamentares que votaram a favor da reserva de mercado, por restrições ao capital estrangeiro, movidos por suas convicções ideológicas. Para nós isto é uma demonstração de atraso, de total ignorância sobre a realidade da nova economia mundial, mas temos de reconhecer que são cidadãos dignos, à altura das responsabilidades de quem está participando da elaboração de uma constituição.

Mas esses são reconhecidamente uma minoria que não tem força para aprovar nada sozinhos. Suas teses foram vencedoras apenas porque os constituintes que formam o bloco do Às suas ordens se deixaram convencer pelos argumentos de empresários que sustentam a tese de que têm o direito de continuar enriquecendo sem a concorrência de quem iria contribuir para que o povo brasileiro ficasse pouco menos pobre.